

QUALIDADE INFORMACIONAL DOS LUCROS E FIRMAS DE AUDITORIA: EVIDÊNCIAS NO BRASIL

RESUMO

O artigo investiga as diferenças, em termos de qualidade informacional medida através do atributo do conservadorismo condicional, entre os lucros de companhias brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA auditadas pelas *Big Four* e pelas demais firmas de auditoria. O teste de existência e de maior incidência de conservadorismo foi realizado por meio das medidas de reconhecimento tempestivo assimétrico de perdas contidas nos coeficientes dos modelos desenvolvidos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005). A amostra foi composta por 597 empresas no período de 2001 a 2010. Utilizou-se regressão com dados em painel desbalanceado, processada pelo método GMM-SIS. A hipótese propõe que as companhias de capital aberto auditadas pelas firmas classificadas como *Big Four* reportam um nível de conservadorismo significativamente maior do que o contido nas demonstrações contábeis das empresas auditadas pelas demais firmas de auditoria independente. Os resultados da pesquisa não permitiram que se aceitasse a hipótese, pois nos modelos que usam retorno e variação de lucros como sinal de más notícias não se detectou distinção no nível de conservadorismo entre os dois grupos considerados, enquanto que o modelo que utiliza fluxo de caixa contemporâneo como sinalizador indicou que os lucros divulgados pelas empresas não auditadas por firmas *Big Four* são mais conservadores que o lucro das auditadas.

Palavras-chave: Conservadorismo condicional. Auditoria. Qualidade informacional. Antecipação assimétrica de perdas.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade caracteriza-se por registrar as mudanças ocorridas no patrimônio das empresas, ao tempo em que apura os resultados decorrentes das operações empresariais. Sua função primordial, então, é produzir relatórios financeiros dirigidos aos contratantes da firma (acionistas, bancos, investidores, gestores tributários) e aos seus dirigentes (gestores e gerentes).

O CPC (2008) define como objetivo das demonstrações contábeis o fornecimento de informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários nas suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

Com base na teoria contratual da firma, gestores e investidores possuem informações assimétricas. Segundo Lopes e Martins (2005), os gestores possuem mais informações sobre suas empresas do que os investidores e demais usuários externos, selecionando as informações que são mais interessantes aos seus próprios interesses, como é clássico do conflito da agência.

Lopes e Martins (2005) explicam que o poder dos gestores de administrar a informação ofertada ao mercado está relacionado, principalmente, aos *accruals*. Os *accruals* são ajustes provenientes do regime de competência os quais permitem o fornecimento de informações adicionais ao fluxo de caixa que oferecem aos usuários um maior conteúdo informativo, mostrando o real desempenho econômico da entidade.

O regime de competência é um instrumento poderoso de quebra da assimetria da informação. Entretanto, para que ele possa cumprir essa função, os gestores precisam de liberdade para informar o mercado sobre o comportamento da firma. Por outro lado, uma liberdade excessiva pode causar uma manipulação incontável de resultados, o que termina acarretando o excesso de regulamentação da contabilidade.

Para que os gestores forneçam informações de qualidade é essencial que além de um conjunto de normas, haja uma demanda efetiva por dados contábeis públicos, a qual promova incentivos econômicos para o comportamento dos gestores (COELHO; CIA; LIMA, 2010).

Para obter informação contábil de qualidade é essencial a presença de dois atributos: a oportunidade e o conservadorismo.

A oportunidade relaciona-se com a divulgação tempestiva e integral do registro do patrimônio e das suas mutações. A informação precisa estar disponível aos seus usuários antes de perder a capacidade de influenciar na tomada de decisões e deve estar completa, apresentando todos os dados relevantes, dentro dos limites da materialidade e do custo.

O conservadorismo, por sua vez, refere-se ao emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em condições de incerteza, no sentido de que os ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados (CPC, 2008).

Neste contexto, Costa, Lopes e Costa (2006) definem a oportunidade como uma importante característica do lucro contábil, disponibilizando aos usuários informações econômicas antes que elas percam sua capacidade de influenciar decisões, ao mesmo tempo em que incorpora o retorno da ação no período. Para os autores, a oportunidade da informação contábil no reconhecimento do retorno econômico está relacionada ao Conservadorismo Contábil o qual se relaciona com a tendência da contabilidade exigir um maior grau de verificação das boas notícias para reconhecê-las como lucro, do que das más notícias para reconhecê-las como prejuízo.

O Conservadorismo está presente em grande parte das estruturas conceituais. No entanto, não há um consenso sobre a verdadeira influência dessa prática no aumento da qualidade informacional. Para Lopes e Martins (2005, p.73) “a idéia geral do Conservadorismo é de fornecer informações mais confiáveis aos investidores por intermédio de demonstrações que não sejam excessivamente otimistas”. Por outro lado, Hendriksen e Breda (1999) criticam a utilização do Conservadorismo enfatizando a não existência de um padrão uniforme para sua utilização, o que prejudica a comparabilidade dos dados contábeis. Além disso, consideram-no um método pobre para lidar com a existência de incerteza na avaliação de ativos e passivos e na mensuração do lucro, pois sua prática entra em conflito com o objetivo de divulgar toda informação relevante.

Existem duas formas de conservadorismo: incondicional e condicional. O incondicional relaciona-se com o lançamento de valores com precaução, porém sem estabelecer uma justificativa econômica para essa prática. O condicional, por sua vez, fornece precaução no julgamento de estimativas vinculadas a algum evento econômico.

O conservadorismo incondicional tem suporte apenas em técnicas contábeis, não se preocupando com os motivos dessa escolha. A prática de escolher menores valores para ativos e receitas e maiores valores para passivos e despesas sem a verificação de fatos econômicos não traz nenhuma vantagem informacional para os usuários da contabilidade, fazendo uma

transformação monotônica de valores, desenhando uma curva com a mesma característica, apenas abaixo da original. Assim, sua eficiência informacional seria mínima, uma vez que a avaliação do PL de todas as firmas seria reduzida, em qualquer circunstância econômica (COELHO; LIMA, 2007; COELHO; LIMA, 2009).

A definição do conservadorismo condicional relaciona-se com a possibilidade de antecipar o reconhecimento contábil de perdas econômicas a partir de estimativas realizadas pelos gestores baseadas em eventos atuais de cunho negativo, o que equivale a reconhecer fatos econômicos com oportunidade, de forma assimétrica, privilegiando os indícios de resultados negativos (COELHO, 2007).

Dessa forma, é o tipo condicional do conservadorismo que fornece relatórios contábeis com qualidade informacional superior. A sua prática reduz a assimetria informacional e promove o desenvolvimento de mercados de capitais economicamente eficientes.

Dentre as hipóteses acerca das motivações que levam os gestores a praticar o conservadorismo condicional está a qualidade e a independência da auditoria externa (COELHO, 2007). O trabalho dos auditores independentes visa atestar a conformidade dos relatórios contábeis produzidos pela entidade com os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade.

Segundo Firmino, Damascena e Paulo (2010, p. 41), “a crescente dinâmica por informações mais oportunas e seguras vem, conseqüentemente, exigindo maior qualidade nos serviços realizados pelos auditores”. Diversos estudos têm mostrado a superioridade na qualidade dos serviços realizados pelas grandes firmas de auditoria quando comparados com os prestados pelas médias e pequenas firmas (LAM; CHANG, 1994; LENNOX, 1999 apud FIRMINO; DAMASCENO; PAULO, 2010).

Acredita-se que uma empresa auditada por uma das *Big Four* (nomenclatura dada às grandes empresas de auditorias Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers) forneça relatórios contábeis com maior qualidade informacional, uma vez que essas grandes firmas têm incentivos para manter a reputação de suas marcas, coibindo assim práticas contábeis agressivas ou questionáveis e estimulando aquelas que provejam maior eficiência informacional.

A questão de pesquisa, portanto, consiste em analisar se há diferenças na qualidade dos lucros reportados pelas companhias brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA quando auditadas pelas *Big Four* ou pelas demais firmas de auditoria.

Objetiva-se, assim, verificar, comparativamente entre companhias abertas com ações negociadas na BM&FBOVESPA, a existência de diferenças significantes nos níveis de conservadorismo condicional de empresas auditadas pelos dois grupos de escritórios de auditoria.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conservadorismo Condicional

Segundo Lopes e Martins (2005), o conservadorismo é uma das características mais importantes dentre as práticas e procedimentos da contabilidade. Caracteriza-se como o reconhecimento assimétrico entre despesas e passivos e ativos e receitas, considerando sempre o pior cenário através da opção com maiores despesas e passivos e menores ativos e receitas. Os

autores citam como exemplos clássicos dessa prática a regra do custo ou mercado dos dois o menor para os estoques e o reconhecimento de perdas contingentes.

O modelo desenvolvido por Basu (1997) é um dos mais utilizados na avaliação do nível de conservadorismo no resultado contábil.

Para Basu (1997), o conservadorismo refere-se à tendência em reconhecer más notícias de forma mais oportuna do que boas notícias. Consequentemente, os lucros publicados pelas empresas refletem perdas econômicas mais rapidamente do que ganhos econômicos.

Brito, Lopes e Coelho (2008, p.4) constataram que:

Enquanto o efeito das más notícias produz um choque transitório na série temporal de lucros que tende a ser revertido no período subsequente, o efeito das boas notícias se distribui ao longo de diversos períodos, conforme os ganhos decorrentes dessas notícias sejam efetivamente realizados.

De acordo com Basu (1997), o conservadorismo tem influenciado a prática contábil há séculos. Registros históricos de práticas comerciais do início do século XV mostraram que a contabilidade praticada na Europa Ocidental já era conservadora. O autor destaca que a utilização do conservadorismo nas práticas contábeis é consequência de fatores como litígios, política fiscal, processos políticos e forças regulatórias.

Watts (1993) define o conservadorismo como um conceito central na contabilidade e na organização da empresa. É um mecanismo onde estimativas confiáveis são necessárias para que possa haver antecipação dos lucros. A assimetria da informação entre a administração e as demais partes da empresa é a causa dessa exigência. O autor acredita que o conservadorismo foi reforçado no século passado devido ao processo de regulamentação e o crescimento de litígios.

Dando continuidade ao seu estudo, Watts (2003) define o conservadorismo como sendo a necessidade assimétrica de uma maior verificabilidade para a antecipação do registro de ganhos econômicos, arguindo a dificuldade em registrar lucros não realizados sobre os quais não há ainda direitos legais. Coelho (2007) complementa que a dependência de sua ocorrência será exógena à empresa e dependerá de fatores como clientes, concorrência, regras econômicas futuras.

A aplicação do conservadorismo condicional mostra-se importante no momento em que impede a distribuição de lucros não realizados em forma de dividendos e possibilita a desistência de investimento em projetos que apresentam VPL negativo.

O nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis pode estar relacionado com vários aspectos. Para Costa, Lopes e Costa (2006), o modelo legal do país pode ser um incentivo para a prática do conservadorismo. Haveria maior interesse dos gestores em apresentar resultados contábeis mais conservadores em países *Common-law* que nos países *Code-law*, uma vez que os primeiros apresentam o mercado de capital mais desenvolvido, tendo assim um controle acionário descentralizado, o que consequentemente eleva a importância dos números contábeis para os tomadores de decisão.

Coelho (2007) define três características institucionais que privilegiam o crescimento no nível de conservadorismo condicional em dado ambiente contratual: sistema de tribunais que decidam com base em informações verificáveis, garantia do direito de litígio e de execução das decisões dos tribunais e descentralização de controle acionário exigindo uma maior demanda de contratos públicos entre gestores e fornecedores de capitais de terceiros.

Nesse sentido, o autor afirma que em países com estrutura concentrada de propriedade, sem incentivos ao litígio e com sistema judicial de fraco *enforcement*, há uma baixa demanda pela prática em questão.

Alguns estudos recentes contribuíram para a compreensão dessa prática no mercado brasileiro. Santos e Costa (2008) investigaram o nível de utilização do conservadorismo em empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. Os resultados indicaram que, embora estudos internacionais evidenciem a existência de um maior nível de utilização do conservadorismo por parte das normas americanas, não há diferenças entre seu nível nas demonstrações contábeis segundo as normas brasileiras e americanas.

A diferença no nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis de companhias abertas e fechadas brasileiras foi estudada por Paulo, Antunes e Formigoni (2008). Os pesquisadores demonstraram que as companhias fechadas apresentam menor probabilidade de conhecimento oportuno das perdas em relação às companhias abertas. Foi fornecida como uma possível explicação para o resultado alcançado a existência de um maior monitoramento das companhias abertas por parte dos agentes econômicos, tais como auditores, analistas financeiros e órgãos reguladores.

Coelho e Lima (2007), por sua vez, avaliaram a presença do conservadorismo nos resultados apresentados nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil pelas sociedades por ação. Os resultados confirmaram que, embora se constate reversão dos componentes transitórios do lucro em maior magnitude no caso de variações negativas do lucro antecedente, os gestores dessas empresas não praticam o conservadorismo condicional. A partir dos resultados, concluiu-se que os agentes econômicos não demandam tal atributo nas informações contábeis produzidas pelas firmas brasileiras.

Nessa mesma linha, Moreira e Colauto (2010) analisaram a presença de conservadorismo condicional, comparando as diferenças encontradas em empresas pertencentes ao nível de governança da BM&FBOVESPA com as companhias do mercado tradicional. No entanto, não encontraram tal prática nos resultados contábeis analisados em ambos os grupos.

Costa, Lopes e Costa (2006) estudaram o conservadorismo em cinco países da América do Sul. Os resultados indicaram uma baixa relação entre lucro corrente e retorno corrente, entretanto constataram que o conservadorismo está presente no processo de reconhecimento do retorno econômico pelo lucro contábil nos países estudados.

O nível de conservadorismo e a qualidade da informação contábil também foram estudados nas maiores empresas do setor siderúrgico brasileiro. Moreira *et al.* (2009) não puderam afirmar que as companhias estudadas reconhecem por meio de seus *accruals* as perdas de forma mais oportuna do que os ganhos. Uma explicação para a ausência do conservadorismo nos demonstrativos contábeis foi a utilização de determinados *accruals* para melhorar o resultado divulgado aos usuários externos.

Com base nas pesquisas relatadas, observa-se que a qualidade da informação permite uma vasta possibilidade de pesquisas, nas quais ressalta-se o estudo do nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis através do reconhecimento antecipado assimétrico de perdas econômicas com a verificação de fatos econômicos atuais que indiquem tal medida prudencial.

2.2 Auditoria

A auditoria independente atua como intermediária informacional nas relações contratuais entre agente e principal, tendo assim papel fundamental na redução da assimetria informacional existente entre gestores e contratantes externos da firma.

Segundo Firmino, Damascena e Paulo (2010), um melhor nível de informação pode conduzir o seu usuário a tomar melhores decisões, elevando a probabilidade de maior eficiência econômica. Mesmo estando sujeita a aspectos subjetivos, a opinião do auditor independente expressa confiança da realidade econômica e financeira da empresa auditada.

Os autores consideram as informações contábeis auditadas menos propensas a distorções do que as que não foram examinadas pelos auditores. Dessa forma, as demonstrações auditadas acabam gerando maiores benefícios econômicos através do aumento da confiabilidade nas informações prestadas pela empresa por parte dos investidores. Acredita-se que essas demonstrações forneçam um melhor conteúdo informacional, por exemplo, para a predição dos fluxos de caixa futuros e identificação dos riscos dos negócios e de oportunidades.

Nesse contexto, ressalta-se a responsabilidade dos auditores independentes na emissão de pareceres que atestem com convicção a conformidade das demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas com os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade.

De acordo com Stigler (1961, apud ALMEIDA; ALMEIDA, 2007):

Uma firma ao contratar uma *Big Four* sinaliza ao mercado que sua contabilidade será colocada à *expertise* de auditores treinados em grandes corporações, podendo aumentar a reputação da firma, pois, assim, os executivos serão melhor avaliados em suas decisões contábeis o que poderá mitigar práticas de *earnings management*.

As empresas de auditoria se preocupam com a perda de clientes e a conseqüente redução de suas receitas. Esse problema se relaciona com o tamanho da firma de auditoria e o peso que aquele serviço tem no seu faturamento. A partir daí, conclui-se que uma grande firma tenha maior independência para questionar as demonstrações contábeis do que a pequena firma (MARTINEZ, 2008).

Alguns estudos foram realizados para analisar a qualidade das informações contábeis comparando empresas auditadas pelas grandes firmas de auditorias e demais firmas. Basu, Wang e Jan (2002) ao analisarem empresas americanas encontraram que as empresas auditadas pelas *Big Eight* tendiam a serem mais conservadoras do que as auditadas por outras firmas de auditoria.

Em contrapartida, Ding e Stolowy (2006) ao investigarem o conservadorismo em empresas francesas, concluíram que empresas auditadas pelas *Big Five* possuem um menor nível de conservadorismo do que as empresas auditadas pelas demais firmas de auditoria.

Almeida e Almeida (2007) investigaram a relação entre firmas de auditoria e suas capacidades para mitigar *earnings management*. Os resultados dos testes realizados mostraram que as empresas auditadas pelas *Big Four* possuem menor grau de *accruals* discricionários em relação às demais, sugerindo a capacidade para mitigar práticas de *earnings management*.

Nesse contexto, mostra-se relevante o estudo da relação entre o nível de reconhecimento tempestivo assimétrico de perdas econômicas com o tipo, porte e experiência das empresas de auditoria externa contratadas para realizarem a auditoria nas empresas de capital aberto.

3 METODOLOGIA

O objetivo da pesquisa, então, é examinar se há diferenças significantes no grau de conservadorismo condicional entre o grupo das sociedades por ação de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA auditadas pelas *Big Four* e o grupo das empresas auditadas pelas demais firmas de auditoria.

Entende-se que o grupo de empresas auditadas por uma das *Big Four* tende a ter um grau de conservadorismo condicional maior do que o do outro grupo, devido à influência desses auditores, mercê de suas responsabilidades no mercado de auditorias independentes. Pode-se argumentar também com a maior competência dessas firmas de auditoria, conduzindo à adoção da seguinte hipótese para a pesquisa:

H₀: O nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis das companhias brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA auditadas pelas *Big Four* é significativamente maior do que o contido nas demais empresas auditadas por outras firmas de auditoria.

O teste de existência e de maior incidência de conservadorismo é realizado por meio das medidas de reconhecimento tempestivo assimétrico de perdas contidas nos coeficientes dos modelos desenvolvidos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005); o conservadorismo de maior nível indica, com base na literatura, os lucros com qualidade informacional mais marcante. A qualidade do lucro, portanto, é inferida por prática do conservadorismo condicional: quando a indicação atual indica perspectiva de resultados futuros rebaixados, o gestor antecipa o reconhecimento de perdas esperadas. Para realização do teste foram utilizados os três modelos econométricos seguintes, baseados nos estudos citados.

O modelo Reverso de Lucros e Retornos (BASU, 1997) testa a associação entre o lucro por ação e o retorno da ação. Sob a hipótese do conservadorismo as empresas que se defrontam com *bad news* – representadas por retornos negativos – são mais propensas a antecipar o registro de perdas econômicas do que aquelas com desempenho contemporâneo positivo.

$$LPA_t = \gamma_0 + \gamma_1 DRET_t + \gamma_2 RET_t + \gamma_3 DRET_t * RET_t + \gamma_4 DA + \gamma_5 DA * DRET_t + \gamma_6 DA * RET_t + \gamma_7 DA * DRET_t * RET_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

Em que: LPA_t = Lucro por ação no período t; RET_t = Retorno da ação no período t; DRET_t = Variável dummy assumindo 1 para retornos negativos e 0 caso contrário; DRET_t*RET_t = Variável de interação entre retorno e más notícias; DA = Variável dummy assumindo 1 para empresas não auditadas por uma *Big Four* e 0 caso contrário; DA*DRET_t* ΔRET_t = Variável de interação entre retorno e más notícias em empresas não auditadas por Big Four; DA*DRET_t e DA*RET_t = Impactos nos interceptos do modelo; γ₁ a γ₇ = Coeficientes do modelo; ε_t = Termo de erro do modelo, Nesse modelo todas as variáveis são escaladas pelo preço da ação do início do período.

De acordo com Coelho (2007), no modelo acima se espera relação positiva entre retornos e lucros negativos, pois, baseado na hipótese de mercado eficiente, o preço da ação conteria todas as informações econômicas relevantes, e a contabilidade refletiria mais tempestivamente as más notícias, aproximando, portanto, os dois resultados. Já as boas notícias apenas seriam incorporadas aos preços, mas não refletidas na contabilidade imediatamente por prudência do contador.

No Quadro 1 é apresentado o comportamento esperado e a interpretação dos coeficientes relativos às variáveis independentes desse modelo sob a hipótese da antecipação assimétrica de perdas. Ressalta-se que há parâmetros referentes à diferenciação entre os sinais dos retornos e entre os diferentes grupos de empresas de auditoria.

Quadro 1: Descrição dos parâmetros do modelo Reverso de Lucros e Retornos

Coefficiente	Variáveis	Associação entre variáveis	Estado da variável independente	Resultado esperado
γ_2	RET_t	Persistência na relação lucro/retorno	Retorno positivo em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Associação negativa, indicando não reconhecimento na contabilidade
γ_3	$DRET_t * RET_t$	Diferenciação decorrente do sinal negativo do retorno	Retorno negativo em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coefficiente > 0
$\gamma_2 + \gamma_3$	-	Reconhecimento antecipado de más notícias	Efeito completo com retorno negativo em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Associação positiva, indicando reconhecimento pela contabilidade
γ_6	$DA * RET_t$	Diferenciação devido ao tipo de empresa de auditoria	Retorno positivo em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coefficiente > 0
$\gamma_2 + \gamma_6$	-	Persistência na relação lucro/retorno	Efeito completo com retorno positivo em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coefficiente > γ_2
γ_7	$DA * DRET_t * \Delta RET_t$	Diferenciação devido ao tipo de empresa de auditoria	Retorno negativo em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coefficiente < 0
$\gamma_2 + \gamma_3 + \gamma_6 + \gamma_7$	-	Reconhecimento antecipado de más notícias	Efeito completo com retorno negativo em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coefficiente < $(\gamma_2 + \gamma_3)$

Fonte: Adaptado de Coelho, Cia e Lima (2009)

O modelo de Reversão dos Componentes Transitórios (BASU, 1997) identifica a apropriação contábil tempestiva assimétrica de perdas econômicas através do grau de reversão de componentes transitórios no lucro quando o sinal das variações do lucro no período anterior for negativo. Neste caso, espera-se que, existindo sinais de mau desempenho da empresa, os gestores antecipem o reconhecimento de perdas que venham a decorrer de tais más notícias. Dessa forma, no exercício seguinte haverá uma reversão na direção do lucro, voltando este ao seu estado normal. Por outro lado, quando a variação do lucro no período anterior for positiva, espera-se que ocorra um comportamento de lucro persistente, sem que ocorra inversão de sinais.

$$\Delta LUC_t = \alpha_0 + \alpha_1 \Delta LUC_{t-1} + \alpha_2 \Delta LUC_{t-1} + \alpha_3 D \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1} + \alpha_4 DA + \alpha_5 DA * D \Delta LUC_{t-1} + \alpha_6 DA * \Delta LUC_{t-1} + \alpha_7 DA * D \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Em que: ΔLUC_t = Variação do lucro no período t; ΔLUC_{t-1} = Variação do lucro no período t-1; $D \Delta LUC_{t-1}$ = Variável dummy assumindo 1 para variações negativas do lucro antecedente e 0 caso contrário; $D \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1}$ = Variável de interação de variações

negativas do lucro; DA = Variável dummy assumindo 1 para empresas não auditadas por uma *Big Four* e 0 caso contrário; $DA * \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1}$ = Variável de interação para variações negativas das empresas não auditadas por uma *Big Four*; $DA * \Delta LUC_{t-1}$; $DA * \Delta LUC_{t-1}$ = Variáveis captadoras de impactos no intercepto do modelo; α_1 a α_7 = Coeficientes do modelo; ε_t = Termo de erro do modelo. Nesse modelo todas as variáveis são escaladas pelo ativo total do ano anterior.

De acordo com Coelho, Cia e Lima (2010), no modelo acima sob a hipótese de conservadorismo condicional espera-se que os coeficientes associados a variações negativas dos lucros antecedentes tenham sinal negativo, indicando reversão de sinal no lucro atual, pois o lucro negativo do período anterior terá ocorrido devido à antecipação tempestiva de perdas econômicas. Ao contrário, em variações positivas do lucro, espera-se que os coeficientes dessas variáveis tenham sinais positivos, uma vez que os ganhos econômicos não devem ser antecipados.

No Quadro 2 descreve-se o comportamento esperado e interpretam-se os coeficientes relativos às variáveis independentes desse modelo no caso de existir perfeita antecipação assimétrica de perdas econômicas. Observe-se que há parâmetros referentes à diferenciação entre os sinais das variações dos lucros e entre os grupos diferentes de empresas de auditoria.

Quadro 2: Descrição dos parâmetros do modelo de Reversão dos Componentes Transitórios

Coeficiente	Variáveis	Associação entre variáveis	Estado da variável independente	Resultado esperado
α_2	ΔLUC_{t-1}	Persistência na série temporal de lucros	Variações positivas no lucro antecedente em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Associação positiva, indicando persistência
α_3	$D\Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1}$	Diferenciação decorrente do tipo de variação do lucro	Variações negativas no lucro antecedente em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente < 0
$\alpha_2 + \alpha_3$	-	Reversão dos componentes transitórios nos lucros	Efeito completo em variações negativas em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Associação negativa, indicando reversão
α_6	$DA * \Delta LUC_{t-1}$	Diferenciação devido à empresa de auditoria contratada	Variações positivas no lucro antecedente em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente < 0
$\alpha_2 + \alpha_6$	-	Persistência na série temporal de lucros	Efeito completo para variações positivas no lucro em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente < α_2
α_7	$DA * D\Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1}$	Diferenciação devido à empresa de auditoria contratada	Variações negativas no lucro antecedente em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente > 0
$\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$	-	Reversão dos componentes transitórios nos lucros	Efeito completo para variações negativas no lucro em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente > ($\alpha_2 + \alpha_3$)

Fonte: Adaptado de Coelho, Cia e Lima (2009)

O modelo de Associação de Apropriações Contábeis do Fluxo de Caixa (BALL; SHIVAKUMAR, 2005) fundamenta-se nas relações diretas entre as apropriações contábeis e os fluxos de caixa operacionais. Os autores pressupõem que na presença de fluxos de caixa

negativos os gestores tendem a antecipar tempestivamente as perdas, prováveis no futuro, relacionadas ao comportamento atual já impactado no caixa. Ao contrário, quando houver fluxo de caixa positivo atual, espera-se que os ganhos prováveis no futuro não sejam antecipados.

$$AC_t = \beta_0 + \beta_1 DFCO_t + \beta_2 FCO_t + \beta_3 DFCO_t * FCO_t + \beta_4 DA + \beta_5 DA * DFCO_t + \beta_6 DA * FCO_t + \beta_7 DA * DFCO_t * FCO_t + \varepsilon_t \quad (3)$$

Em que: AC_t = Apropriações Contábeis no período t ; FCO_t = Fluxo de Caixa Operacional no período t ; $DFCO_t$ = Variável dummy assumindo 1 para fluxos de caixa negativos e 0 caso contrário; $DFCO_t * FCO_t$ = Variável de interação para valores negativos de FCO_t ; DA = Variável binária assumindo 1 para empresas não auditadas por uma Big Four e 0 caso contrário; $\beta_7 DA * DFCO_t * FCO_t$ = Variável de interação para valores referentes às empresas não auditadas por uma Big Four; $DA * DFCO_t$; $DA * FCO_t$ = Variáveis captadoras de impactos no intercepto do modelo; β_1 a β_7 = Coeficientes do modelo; ε_t = Termo de erro do modelo. Nesse modelo todas as variáveis são escalados pelo ativo total do ano anterior.

As variáveis aplicadas nesse modelo foram calculadas na forma das equações seguintes.

$$FCO_t = LO_t - D_t - R\tilde{N}_t - ID_t - \Delta CGO_t \quad (4)$$

$$AC_t = \Delta CGO_t - D_t \quad (5)$$

Em que: FCO_t = Fluxo de Caixa Operacional em t ; LO_t = Lucro Operacional em t ; D_t = Depreciação em t ; $R\tilde{N}_t$ = Resultado não Operacional em t ; ID_t = Impostos Diretos em t ; ΔCGO_t = Variação do Capital de Giro Operacional em t ; AC_t = Apropriações Contábeis (accruals) em t .

A existência de conservadorismo condicional é observada quando há correlação positiva entre fluxos de caixa de sinal negativo e as apropriações contábeis correspondentes. Por outro lado, com fluxos de caixa positivos atuais não se antecipam ganhos prováveis no futuro, ocorrendo coeficientes negativos entre apropriações contábeis e fluxos de caixa (COELHO; CIA; LIMA, 2010).

O comportamento esperado dos coeficientes do modelo acima está resumido no Quadro 3 especificando-se os parâmetros que indicam incrementos decorrentes da mudança de natureza dos sinais ou do estado das firmas segundo seu grupo de empresa de auditoria.

Quadro 3: Descrição dos parâmetros do modelo de Associação de Apropriações Contábeis do Fluxo de Caixa

Coeficiente	Variáveis	Associação entre variáveis	Estado da variável independente	Resultado esperado
β_2	FCO_t	Compensação do fluxo através de apropriações contábeis	Fluxos de Caixa positivos em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Associação negativa
β_3	$DFCO_t * FCO_t$	Incremento devido à condição negativa do fluxo de caixa	Fluxos de Caixa negativos em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente > 0
$\beta_2 + \beta_3$	-	Antecipação de perdas por meio de apropriações contábeis	Efeito para fluxos negativos em empresas auditadas pelas <i>Big Four</i>	Associação positiva
β_6	$DA * FCO_t$	Incremento devido à empresa de auditoria contratada	Fluxos de Caixa positivos em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente > 0
$\beta_2 + \beta_6$	-	Compensação do fluxo por meio de apropriações contábeis	Efeito para fluxos positivos em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente > β_2
β_7	$DA * DFCO_t * FCO_t$	Incremento devido à empresa de auditoria contratada	Fluxos de Caixa negativos em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente < 0
$\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7$	-	Antecipação de perdas por meio de apropriações contábeis	Efeito completo para variações negativas no lucro em empresas não auditadas pelas <i>Big Four</i>	Coeficiente < $(\beta_2 + \beta_3)$

Fonte: Adaptado de Coelho, Cia e Lima (2010)

Os modelos foram processados com dados contábeis e de mercado coletados na base de dados da Economática® e nos Formulários de Referência e de Informações Anuais disponíveis nos sites da BM&FBovespa e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A amostra está composta pelas sociedades por ação de capital aberto do Brasil listadas na BM&FBovespa no período de 2001 a 2010 e com disponibilidade de dados para o processamento dos modelos já apresentados. Após a identificação e exclusão de *outliers*, a amostra final, que não considerou as firmas dos setores de seguros e financeiro, teve a composição expressa no Quadro 4.

Quadro 4: Composição das amostras

	População-alvo	Amostra Final		
	Total	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Número de empresas	597	415	464	427
Número de observações	5970	2474	3147	2142

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise multivariada de dados se deu por regressão em painel desbalanceado. A estimação dos parâmetros das regressões foi realizada pelo *Generalized Method of Moments* Sistêmico (GMM-SIS) que se baseia na estimação por meio dos modelos dinâmicos (BARROS et al, 2010), no qual se incluem uma ou mais defasagens da variável dependente entre as variáveis independentes; nesta pesquisa utilizou-se segunda defasagem como variável instrumental. Ressalta-se ainda que o GMM-SIS é método de estimação eficaz para o controle de endogeneidade e heterocedasticidade, pressupostos que não atendidos poderiam provocar vieses na estimação dos parâmetros das regressões.

Adicionalmente foram utilizados os testes AR (1) e AR (2), que se referem aos testes de autocorrelação de primeira (que deve ser significativa) e segunda (que não deve ser significativa) ordem aplicados aos resíduos conforme orientação de Arellano e Bond (1991), e o *Hansen test*, no qual é verificado se o modelo está bem especificado (as variáveis ditas exógenas e os instrumentos são realmente exógenas), para verificar a eficiência do modelo de regressão.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos testes envolvendo análise da maior persistência do coeficiente de retornos negativos com lucros, relatados na Tabela 1, constata-se que a amostra considerada apresenta sinais – coeficiente γ_3 positivo, conforme esperado, com significância estatística – de persistência do coeficiente lucro/retorno, embora de baixa magnitude, valendo dizer que os gestores dão tratamento assimétrico à antecipação de más notícias nos registros contábeis.

Tabela 1 - Modelo Reverso de Lucros e Retornos

Coefficientes	Expectativa	Valor	P-value
LPA _{t-2}	?	0,124	0,390
γ_1	?	0,300	0,143
γ_2	?	0,001	0,591
γ_3	+	0,014	0,042**
γ_4	?	-0,190	0,400
γ_5	?	0,063	0,902
γ_6	?	0,001	0,552
γ_7	-	0,000	0,996
Intercepto	?	-0,331	0,022**
	$\gamma_2 + \gamma_3$	0,013	
	$\gamma_2 + \gamma_6$	0,003	
	$\gamma_2 + \gamma_3 + \gamma_6 + \gamma_7$	0,017	
	Número de instrumentos	24	
	AR (1)	-2,120**	
	AR (2)	1,420	
	Hansen test	19,200	

Modelo:

$LPA_t = \gamma_0 + \gamma_1 DRET_t + \gamma_2 RET_t + \gamma_3 DRET_t * RET_t + \gamma_4 DA + \gamma_5 DA * DRET_t + \gamma_6 DA * RET_t + \gamma_7 DA * DRET_t * RET_t + \varepsilon_t$
 Em que: LPA_t = Lucro por ação no período t; RET_t = Retorno da ação no período t; DRET_t = Variável dummy assumindo 1 para retornos negativos do retorno da ação e 0 para variações positivas; DRET_t*RET_t = Variável de interação de variações negativas do retorno; DA = Variável dummy assumindo 1 para empresas não auditadas por uma *Big Four* e 0 caso contrário; DA*DRET_t*RET_t = Variável de interação para variações negativas das empresas não auditadas por uma *Big Four*; DA*DRET_t e DA*RET_t = Variáveis captadoras de impactos no intercepto do modelo; γ_1 a γ_7 = Coeficientes do modelo; ε_t = Termo de erro do modelo, Nesse modelo todas as variáveis são escalados pelo preço da ação do início do período, Significância estatística ao nível de 1%, 5% e 10% é indicada por ***, ** e *, respectivamente.

Contudo, tais resultados não são diferenciados para os dois grupos de empresa pesquisados; o coeficiente que segmenta empresas auditadas pelos dois tipos de firmas de auditoria não se apresenta estatisticamente significativa (γ_7 igual a zero), indicando que não há distinção em relação à antecipação assimétrica de perdas entre esses dois grupos considerados.

A avaliação do nível de conservadorismo da amostra considerada não é percebida, contudo, quando se testa a reversão mais acentuada de componentes transitórios em variações negativas dos lucros das empresas.

Na Tabela 2, na qual se busca detectar tal reversão ou persistência em face das variações nos lucros antecedentes, observa-se que a amostra não apresenta sinais de antecipação assimétrica de perdas (α_3 estatisticamente igual a zero), bem como, igualmente ao primeiro modelo apresentado, há indicação de que não há distinção em relação à antecipação assimétrica de perdas

entre os dois grupos considerados (coeficiente α_7 , que diferencia os dois grupos de auditoria sem significância estatística).

A análise dos resultados da Tabela 2 também nos permitiu verificar que o coeficiente α_2 foi excluído do modelo por motivos de multicolinearidade com a variável dependente defasada, a qual também não apresenta significância estatística, como esperado.

Tabela 2 - Modelo de Reversão dos Componentes Transitórios

Coefficientes	Expectativa	Valor	P-value
LUC _{t-2}	?	-0,632	0,443
α_1	?	-0,056	0,476
α_2	0	DROPPED	
α_3	-	-0,150	0,900
α_4	?	-0,086	0,435
α_5	?	0,149	0,079*
α_6	?	0,357	0,661
α_7	+	0,092	0,938
Intercepto	?	0,056	0,589
	$\alpha_2 + \alpha_3$		
	$\alpha_2 + \alpha_6$		
	$\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$		
	Número de instrumentos	23	
	AR (1)	-3,060***	
	AR (2)	-1,430	
	Hansen test	11,390	

Modelo:

$$\Delta LUC_t = \alpha_0 + \alpha_1 \Delta LUC_{t-1} + \alpha_2 \Delta LUC_{t-2} + \alpha_3 \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1} + \alpha_4 DA + \alpha_5 DA * \Delta LUC_{t-1} + \alpha_6 DA * \Delta LUC_{t-1} + \alpha_7 DA * \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1} + \varepsilon_t$$

Em que: ΔLUC_t = Variação do lucro no período t; ΔLUC_{t-1} = Variação do lucro no período t-1; ΔLUC_{t-2} = Variável dummy assumindo 1 para variações negativas do lucro antecedente e 0 para variações positivas; $\Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1}$ = Variável de interação de variações negativas do lucro; DA = Variável dummy assumindo 1 para empresas não auditadas por uma *Big Four* e 0 caso contrário; $DA * \Delta LUC_{t-1} * \Delta LUC_{t-1}$ = Variável de interação para variações negativas das empresas não auditadas por uma *Big Four*; $DA * \Delta LUC_{t-1}$; $DA * \Delta LUC_{t-1}$ = Variáveis captadoras de impactos no intercepto do modelo; α_1 a α_7 = Coeficientes do modelo; ε_t = Termo de erro do modelo. Nesse modelo todas as variáveis são escalados pelo ativo total do ano anterior, Significância estatística ao nível de 1%, 5% e 10% é indicada por ***, ** e *, respectivamente.

Na Tabela 3 os resultados levaram à inferência de que as empresas da amostra não antecipam de forma assimétrica as perdas econômicas, uma vez que o coeficiente β_3 se apresenta estatisticamente nulo, não diferenciando o comportamento dos gestores na ocorrência de fluxos de caixa contemporâneos positivos ou negativos.

Tabela 3 - Modelo de Associação de Apropriações Contábeis e Fluxo de Caixa

Coefficientes	Expectativa	Valor	P-value
AC_{t-2}	?	-0,053	0,220
β_1	?	0,005	0,843
β_2	-	-0,143	0,241
β_3	+	-0,226	0,171
β_4	?	0,049	0,398
β_5	?	-0,637	0,245
β_6	?	-0,004	0,950
β_7	-	1,123	0,043**
Intercepto	?	-0,031	0,080*
	$\beta_2 + \beta_3$	-0,370	
	$\beta_2 + \beta_6$	-0,147	
	$\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7$	0,981	
	Número de instrumentos	48	
	AR (1)	-3,09***	
	AR (2)	0,33	
	Hansen test	51,73*	

Modelo:

$$AC_t = \beta_0 + \beta_1 DFCO_t + \beta_2 FCO_t + \beta_3 DFCO_t * FCO_t + \beta_4 DA + \beta_5 DA * DFCO_t + \beta_6 DA * FCO_t + \beta_7 DA * DFCO_t * FCO_t + \varepsilon_t$$

Em que: AC_t = Apropriações Contábeis no período t; FCO_t = Fluxo de Caixa Operacional no período t; $DFCO_t$ = Variável dummy assumindo 1 para fluxos de caixa negativos e 0 para fluxos de caixa positivos; $DFCO_t * FCO_t$ = Variável de interação para valores negativos de FCO; DA = Variável binária assumindo 1 para empresas não auditadas por uma Big Four e 0 caso contrário; $DA * DFCO_t * FCO_t$ = Variável de interação para valores referentes às empresas não auditadas por uma Big Four; $DA * DFCO_t$; $DA * FCO_t$ = Variáveis captadoras de impactos no intercepto do modelo; β_1 a β_7 = Coeficientes do modelo; ε_t = Termo de erro do modelo. Nesse modelo todas as variáveis são escalados pelo ativo total do ano anterior.

Significância estatística ao nível de 1%, 5% e 10% é indicada por ***, ** e *, respectivamente.

Contudo, diferente dos 2 modelos anteriores, o coeficiente (β_7) que diferencia os dois grupos auditoria quanto à antecipação assimétrica de perdas se apresenta estatisticamente significativa, indicando que há distinção em relação à antecipação assimétrica de perdas entre os dois grupos considerados e que a contabilidade das empresas não auditadas pelas auditorias componentes da *Big Four* são mais conservadoras que a das auditadas; tal inferência decorre do sinal contrário ao esperado pela hipótese.

Os resultados apresentados nos 3 modelos indicam a rejeição da hipótese de que o nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis das companhias brasileiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBovespa auditadas por firmas de auditorias enquadradas nas *Big Four* é significativamente maior do que o contido nas empresas auditadas pelas demais firmas de auditoria. Notou-se que quando se identificaram níveis diferenciados de antecipação assimétrica entre os dois segmentos adotados (Tabela 3), tal diferenciação indicava maior grau de conservadorismo $\{(\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7) = 0,981\}$, ou seja, correlação positiva entre fluxos de caixa e apropriações contábeis.

Vale destacar ainda que, ao se relacionar o resultado contábil com os retornos de mercado, notou-se que há maior aderência entre eles, no caso dos retornos negativos, indicando que os gestores, de modo geral, refletem as más notícias captadas pelo mercado ao lucro divulgado, independente da firma de auditoria contratada (Tabela 1).

5 CONCLUSÕES

A pesquisa buscou evidências empíricas sobre a qualidade informacional nas demonstrações contábeis de empresas de capital aberto com ações negociadas na

BM&FBOVESPA, medida por meio da antecipação assimétrica de perdas nos seus resultados. Especificamente, examinou-se a existência de diferenças significantes no nível de conservadorismo condicional presente nas demonstrações contábeis de empresas auditadas pelas *Big Four* e das outras auditadas pelos demais escritórios de auditoria independente.

A partir dos resultados obtidos nos modelos analisados, não se pôde aceitar a hipótese de existência de maior qualidade informacional, pela medida adotada, quando as companhias são auditadas pelos escritórios de auditoria independente classificadas como *Big Four*.

Os achados da pesquisa levam à conclusão de que o fato de uma empresa de capital aberto ser auditada por uma grande firma de auditoria não traz diferenças nos graus de qualidade informacional.

O resultado encontrado vai de encontro às pesquisas relacionadas ao tema como as de Basu, Hwang e Jan (2002), que encontraram evidências de que empresas americanas auditadas pelas *Big Eight* tendiam a ser mais conservadoras do que as auditadas por outras firmas de auditoria, e de Almeida e Almeida (2007), que concluíram através de resultados estatísticos que empresas auditadas pelas *Big Four* possuem maior capacidade para reduzir práticas de *earnings management*, corroborando com uma melhor qualidade do lucro, mas corrobora com a pesquisa de Ding e Stolowy (2006), que concluíram que empresas auditadas pelas *Big Five* possuem um menor nível de conservadorismo do que as empresas auditadas pelas outras firmas de auditoria.

A diferença entre os resultados pode ser consequência do sistema jurídico brasileiro de baixo *enforcement* e sem incentivos ao litígio, uma vez que para Basu, Hwang e Jan (2002) um dos motivos para que as grandes firmas de auditoria exijam um maior nível de verificação para o reconhecimento de ganhos é o fato de elas se protegerem judicialmente devido à sua reputação e à sua capacidade financeira.

No Brasil, tal preocupação não é presente, pois há pouco incentivo ao litígio acerca de números contábeis divulgados, ou seja, há baixa proteção a investidores, além de que a demanda por lucros informacionalmente eficientes não se verifica, uma vez que o acesso privado às informações das empresas é preferido pelos investidores, principalmente aqueles institucionais, maioria no concentrado mercado brasileiro de capitais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.E.F.; ALMEIDA, J.C.G. Auditoria e Earnings Management: estudo empírico nas empresas de capital aberto auditadas pelas Big Four e demais firmas de auditoria. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.

ARELLANO, M.; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **The Review of Economic Studies**, n. 58. p. 277-297, 1991.

BALL, R.J.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, february, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, december, 1997.

BASU, S.; HWANG, L.; JAN, C.L. **Differences in conservatism between big eight and non-big eight auditors**. Working paper, Emory University. 2002.

BARROS, L.A.B.C.; CASTRO JUNIOR, F.H.F.; SILVEIRA, A.D.M.; BERGMANN, D.R. **A questão da endogeneidade nas pesquisas empíricas em finanças corporativas: principais problemas e formas de mitigação.** Disponível em < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1593187 >. Acesso em: 18 dez. 2011.

BRITO, G.A.S.; LOPES, A.B.; COELHO, A.C.D. Conservadorismo nos Resultados Contábeis de Instituições Financeiras Estatais e Privadas. In: ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil.** 2007. 240 p. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, A.C.D.; LIMA, I.S. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 18, n. 45, p. 38-49, set./dez. 2007.

_____. **Conservadorismo Condicional: requisito para a qualidade dos lucros e para a eficiência informacional da Contabilidade.** **Revista Eletrônica de Administração**, v. 15, n. 3, 2009.

COELHO, A.C.D.; CIA, J.N.S.; LIMA, I.S. Conservadorismo Condicional na Divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de adr entre sistemas contábeis. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, p. 117-149, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual.** Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php> >. Acesso em: 21 abr. 2011.

COSTA, F.M.; LOPES, A.B.; COSTA, A.C.O. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 17, n. 41, mai./ago. 2006.

DING, Y.; STOLOWY, H. Timeliness and conservatism changes over time in the properties of accounting income in France. **Review of Accounting and Finance**, v. 5, n. 2, p. 92-107, 2006.

FIRMINO, J.E.; DAMASCENA, L.G.; PAULO, E. Qualidade da Auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. Especial, p. 40-50, 2010.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da Contabilidade.** Tradução por Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAM, S.; CHANG, S. Auditor Service Quality and Auditor Size: Evidence from Initial Public Offerings in Singapore. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v. 3, n. 1, p. 103-114, 1994.

LOPES, A.B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINEZ, A.L. Quando o conselho de administração e a auditoria evitam earnings management? Evidências empíricas para empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

MOREIRA, R.L.; COLAUTO, R.D. Conservadorismo Condicional: Estudo a Partir do Reconhecimento Antecipado de Perdas Econômicas no Resultado. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 4, p. 157-187, out/dez. 2010.

PAULO, E.; ANTUNES, M.T.P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, p. 46-63, jul/set. 2008.

SANTOS, L.S.R.; COSTA, F.M. Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, p. 27-36, 2008.

WATTS, R.L. A proposal for Research on Conservatism. **Financial Research and Policy Working Paper Series**. 1993. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=6044>. Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. Conservatism in accounting, part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, september, 2003.